



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Aprovado em única Discussão
Por: unanimidade
Plenário: 16/10/2023
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Dr. Carlos Martins

Ata da Décima Nona Sessão Ordinária do Segundo Período da Terceira Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, realizada no dia quatro de outubro do ano de dois mil e vinte e três, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém. À hora regimental, o vereador **GERLANDE CASTRO (PSB)**, presidente em exercício do Poder Legislativo, deu boas-vindas a todos, e iniciou a sessão com o GRANDE EXPEDIENTE. **TEMPO DAS LIDERANÇAS:** O vereador **ENF. MURILO TOLENTINO (PODE)** cumprimentou a todos e, na sequência, parabenizou os Agentes Comunitários de Saúde – ACS pelo seu dia, destacando a importância desses profissionais para saúde do município. Em seguida, disse ter participado de uma reunião com vários vereadores para tratar a respeito da cobrança de taxas para que as embarcações possam assim ancorar nos píeres que hoje, devido à seca, estão utilizando balsas para realizar a atracação; por isso, as cobranças estão suspensas até que se realize uma reunião com o prefeito e a empresa a fim de encontrar uma solução ao problema. Disse que na reunião lhe chamou atenção o fato da Secretaria de Portos não ter recursos e poder de atuação por falta da criação de um projeto de lei, entretanto, já está tramitando nesta Casa a criação desse projeto, porém, é preciso agilidade no seu andamento, caso contrário não há necessidade da existência de uma Secretaria de Portos sem autonomia. Na reunião a empresa justificou a cobrança da taxa, explicando ao fato de precisar pagar o aluguel das balsas para atracação. Destacou que a população ribeirinha é uma população carente e que depende dos barcos para chegar à cidade com seus produtos para comercialização e com a cobrança dessas taxas, esses produtos poderão sofrer aumento, dessa forma, toda a população de Santarém sentirá o impacto dessa cobrança, também ressaltou que segundo o decreto municipal a população santarena estaria isenta de cobranças de taxas, devendo ser cobrado apenas as populações de outros municípios. O vereador **BIGA KALAHARE (PT)** informou sobre duas Indicações, uma Moção de Aplausos e um Projeto de Lei que está protocolando para ser colocado em votação. As Indicação são destinadas ao Poder Executivo, uma pede para que este se inscreva no Programa Novo PAC do governo federal, solicitando uma quadra poliesportiva e uma academia pública para o bairro Nova Vitória e a criação de uma nova Unidade de Pronto Atendimento – UPA para cidade, sugerindo no bairro Santarenzinho. Sua moção de aplausos parabenizou as redes de Farmácias Primavera pelo tratamento destinado aos animais. Em relação ao Projeto de Lei que irá apresentar, refere-se sobre a destinação de tempo para veicular campanhas publicitárias e educativas de combate e prevenção a pedofilia, violência sexual contra crianças e adolescentes no município, devido aos altos índices da ocorrência desses crimes em Santarém. O vereador **ÂNGELO TAPAJÓS (REPUBLICANOS)** prestou contas de sua viagem até Belém onde esteve reunido com o deputado estadual Fábio Freitas, o qual se comprometeu a destinar cem mil reais para a saúde do município. Em outro assunto, falou sobre a Nota de Repúdio do Conselho de Pastores de Santarém – CONSEPA, referente ao artigo publicado em um Blog da cidade e de autoria do professor Valder Pires, que fala sobre o “poder evangélico nas investidas sobre os conselhos tutelares” abordando questões, segundo o vereador, infundadas e preconceituosas com a comunidade evangélica. Neste artigo, o autor acusa as igrejas evangélicas de usarem sua influência para interferir junto aos conselhos tutelares nos casos de abusos sexuais e violência contra crianças e adolescentes, por isso, o CONSEPA manifesta seu repúdio e nega tais acusações. Pela ordem, o vereador **CARLOS SILVA (PODE)** externou sua indignação ao artigo do professor Valder Pires, enfatizando que o trabalho dos evangélicos é contribuir com o município, acolher as pessoas que necessitam de ajuda. Pela ordem, o vereador **JANDER ILSON PEREIRA (União)** disse lamentar a publicação desse tipo de matéria, que ataca indiscriminadamente os evangélicos. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS (PL)** falou da necessidade de regulamentação de uma linha de ônibus no distrito de Arapixuna. Explicou que, devido à estiagem, os barcos não estão conseguindo adentrar na comunidade, dessa forma, o único meio de entrada e saída da comunidade está sendo o Porto de Aninduba e como neste local já existe concessão das balsas e lanchas, então seria uma boa alternativa a prefeitura regularizar uma linha de ônibus naquela região, facilitando o ir e vir dessas pessoas e que estará lutando em prol dessa pauta. O presidente em exercício, vereador **GERLANDE DE CASTRO (PSB)** falou sobre sua visita, juntamente com a secretária de educação,



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

Maria José Maia na região do Planalto santareno. Na ocasião a secretária informou há intenção de que em breve seja construído uma escola na comunidade Limão Grande. O vereador **JANDER ILSON (UNIÃO)** iniciou seu discurso cumprimentando os líderes do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Profissionais e Artesanais e Agricultores do município de Santarém - Sindipesca presentes nesta sessão. Na sequência, informou da reunião que esteve participando, juntamente com a secretária Sandra Santana e alguns colegas vereadores hoje pela manhã, para debater a cobrança de taxas de atracação, cargas e descargas, enfatizando que essas cobranças estão suspensas, mas que o problema ainda não foi resolvido em definitivo, porém, afirmou que não compactuará com cobranças indevidas e que continuará lutando para que o povo do interior não seja penalizado com essas taxas, enfatizando que essas pessoas também contribuem para o crescimento do comércio local, principalmente daqueles localizados na avenida Tapajós. Pediu que o prefeito Nélio Aguiar revise o decreto, pois a empresa estava se baseando em algumas cláusulas para fazer a cobrança, também não há uma contrapartida por parte da empresa para que justifique tal cobrança. Ao final, agradeceu seus colegas parlamentares pelo apoio e participação na reunião. Em outro assunto, informou que está protocolando um Projeto de Lei que dispõe sobre utilidade pública para o município de Santarém do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Profissionais da região do Lago Grande, e encerrou seu discurso pedindo aos seus colegas parlamentares o apoio para aprovação desse projeto. O vereador **ALEXANDRE MADURO (MDB)** afirmou que as cobranças das embarcações são indevidas e que esses valores cobrados serão repassados aos passageiros através do aumento das passagens. Destacou que a empresa que fez essas cobranças não realizou nenhuma benfeitoria que justificasse o aumento, além disso, o contrato de concessão estabelece que só seriam cobradas as atracações nos píeres, e de acordo com o decreto nº 525/2022, está isento a cobrança intermunicipal, embora a empresa alegue que não está cobrando dos passageiros, mas sim das embarcações esses valores. No entanto, frisou que é notório que serão repassados aos passageiros e como parlamentar não devem deixar os cidadãos serem penalizados. Relatou que na reunião, chegaram ao entendimento que se faz preciso dialogar melhor sobre este assunto e levar até o Prefeito para que de uma vez por todas possam resolver este problema, e se for necessário, editar o decreto e fazer algumas mudanças. Relatou ainda que esteve na semana anterior na região do Aritapera onde a prefeitura realizou uma ação onde levou atendimento a mais ou menos 700 pessoas, sendo quase 3 mil procedimentos realizados em diversas áreas e especialidades. Também registrou que, na área da saúde, a partir de um pedido nesta Casa, conseguiram sensibilizar o governo e levar a política pública que contemplou 14 Comunidades da região do Aritapera. Relatou que hoje estiveram reunidos pela manhã para discutir uma ação que será realizada no dia 27 de outubro, também é um pedido do seu mandato para a região do Arapixuna que contemplará 31 comunidades. Solicitou aos vereadores que possuem atuação naquela região para que possam juntar forças através de um pedido ao governo Municipal para estarem levando uma ação aquelas pessoas. Finalizou relatando da sua indicação aprovada a Prefeitura de Santarém, solicitando que possa construir uma rampa e construir um Porto Náutico em Alter do Chão para pequenas embarcações com intuito de dar um melhor ordenamento, evitando com que pessoas que ali residem ou que tem casa naquele Balneário possam construir seus portos particulares e gerar transtorno àquela comunidade, portanto, faz-se necessário haver um porto público e organizado para dar esse ordenamento e fortalecimento do turismo naquela região. **TEMPO DAS BANCADAS:** O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS (PL)** registrou sobre a reunião que ocorreu nesta manhã com os responsáveis da balsa que fica bem em frente à escadaria da Igreja da Matriz para tratar da cobrança da atracação das embarcações e também da cobrança para o desembarque de cargas. Relatou que dialogaram com a empresa destacando que esta reunião era necessária. Informou que solicitaram a imediata suspensão na cobrança o que foi atendido imediatamente. Registrou ainda que estiveram posteriormente, na Secretaria de Portos e na Secretaria de Mobilidade de Trânsito – SMT marcando uma reunião que culminou em único entendimento. Enfatizou que não tem como aceitar essa cobrança pois esse valor mensalmente vai afetar a vida daquelas famílias. Destacou que fez questão de registrar hoje na reunião que essa luta



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

foi iniciada em 2014 com Associação dos Armadores Fluviais, uma pauta que levaram para o então candidatos Nélio Aguiar e José Maria Tapajós, para que durante mandato instalassem os píeres de atracação para que os barcos vindos do interior tivessem onde encostar, e logo em seguida, o governador de Hélder Barbalho assumiu o Ministério da Cidade e aportou o recurso para a construção da nova orla e dos píeres de atracação. Disse que compreendem que toda empresa precisa ter seus ganhos para que ela possa manter um serviço de qualidade à população, mas não dá de entender que não haja uma contrapartida social, pois é histórico o uso da frente da cidade pela população ribeirinha. Portanto, finalizou destacando que a cobrança fica suspensa até que encontrem juntamente com a Prefeitura de Santarém e com a empresa que ganhou a concorrência pública para administrar os portos de Santarém, um meio que faça com que a população continue sem pagar essa taxa. Enquanto isso não acontece, vão ficar acompanhar para que a empresa atual continue sem cobrar a população. O vereador **CARLOS SILVA (PODE)** manifestou seus sentimentos a família da senhora Márcia Daniele que faleceu esta madrugada, irmã do desportista Júnior Evangelista, seu amigo e membro do Ministério Internacional da Restauração. Em seguida, reportou-se sobre uma matéria exibida em Blog da cidade que expôs a opinião quanto a participação de cristãos no processo eleitoral do Conselho Tutelar. Comentou que acredita na participação ativa do Cristão evangélicos ou católicos na sociedade visando o bem comum neste país, assim como professores regulamentados, e que não há, no caso dos Conselhos Tutelares, nenhum veto a participação de pessoas que seguem uma religião. Comentou que, infelizmente, a violência contra as crianças é uma triste realidade e o conselheiro cristão evangélico ou católico, não vai atuar de forma diferente em relação a outros conselheiros, mas com a capacitação que recebe da igreja, ele não deve fingir que não foi alguma situação, e não deve ficar colocando também planos quentes nos casos, citou que, tanto a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, quanto as igrejas evangélicas, procuram reforçar que os conselheiros atuam de acordo com o que preconiza o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Destacou que foram 3.500 conselheiros tutelares que foram eleitos em todo o Brasil, portanto, devem continuar avançando com pautas conservadoras, defendidas pela frente parlamentar evangélica no Congresso Nacional e em Santarém. O vereador **ELIELTON LIRA (AVANTE)** agradeceu ao prefeito Nélio Aguiar que tem atendido diversos requerimentos desta Casa, em especial, por mais um requerimento atendido referente a iluminação de dois campos de futebol na região do Chapadão, comunidade Cícero Mendes. Reforçou agradecimentos ao prefeito Nélio Aguiar e ao secretário Jean Murilo. Também agradeceu a aprovação do projeto de Lei que dá autorização do repasse de recursos para enfermagem. Relatou que assistiu um vídeo do prefeito Nélio Aguiar confirmando a sanção deste projeto, portanto, aproveitou para parabenizar também o prefeito Nélio Aguiar que não hesitou em garantir os direitos desses profissionais que têm demonstrado comprometimento com a vida. Finalizou parabenizando a todos os vereadores que estão empenhados no diálogo com o governo para que possam criar alternativas que sejam de entendimento entre a população e a empresa gestora do Porto. Concluído o Grande Expediente, deu-se início a **Primeira Parte da Ordem do Dia** com a discussão da ata do dia 20 de setembro de 2023, que foi aprovada por unanimidade. Em continuidade, houve a leitura dos expedientes recebidos: MEMO. 101 /2023 - GAB. Ver. Erlon Rocha (MDB); MEMO. 131/2023 – GAB. Ver. Silvio Neto (União Brasil); OF. 463/2023 – SEMINFRA; OF. 456/2023 – GPM. Foram encaminhados às comissões pertinentes: PROJETO DE LEI 3067/2023, de autoria do autoria do vereador Carlos Martins (PT), que institui o mês Abril Laranja dedicado a prevenção da crueldade contra os animais no município de Santarém-PA. Em seguida, transcorreu para **Segunda Parte da Ordem do Dia** com discussão e votação das matérias em pauta. **TRABALHOS APROVADOS:** Moção de aplausos 344/2023, de autoria do vereador Biga Kalahare (PT); Moção de Aplausos 345/2023, de autoria do vereador Carlos Martins (PT). Em seguida, entrou em pauta o **PROJETO DE LEI Nº 1501/2022**, de autoria do vereador Jander Ilson Pereira (União Brasil), que DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO DE SANTARÉM AO SINDICATO DOS PESCADORES E PESCADORAS PROFISSIONAIS, ARTESANAIS, AQUICULTORES DO MUNICÍPIO DE



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

SANTARÉM – ESTADO DO PARÁ – SINDPESCA. Após a leitura do projeto com seu parecer e justificativa, a matéria foi aprovada em 1ª e 2ª discussão, por unanimidade. Houve o retorno do pedido de vista do PROJETO DE LEI Nº 923/2023, de autoria do Poder Executivo, que DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O presidente registrou que leitura do projeto foi realizado na sessão anterior. Ao dar início as discussões, o vereador Carlos Martins (PT), solicitou vista da matéria, o que foi acatado pela Mesa Diretora. Dando seguimento à sessão, foram aprovados: requerimentos 2085 a 2092/2023, de autoria do vereador Angelo Tapajós (REPUBLICANOS); requerimentos 2123, 2124, 2140 a 2144, 2158, 2159 e 2183/2023, de autoria do vereador Elielton Lira (AVANTE); requerimentos 2137, 2176 a 2182/2023, de autoria do vereador Carlos Silva (PODE); requerimentos 2139 e 2193/2023, de autoria do vereador Biga Kalahare (PT); requerimentos 2185 a 2189/2023, de autoria do vereador Alexandre Maduro (MDB); requerimentos 2160, 2161 e 2162/2023, de autoria do vereador Enf. Murilo Tolentino (PODE); requerimentos 2163 e 2164/2023, de autoria da vereadora Enf. Alba Leal (MDB); Indicações 366 e 367/2023, de autoria do vereador Carlos Silva (PODE); Indicações 356, 357, 358, 359 e 360/2023, de autoria do vereador Alexandre Maduro (MDB); Indicações 361, 362 e 363, 370/2023, de autoria do vereador Biga Kalahare (PT); Indicação 368/2023, de autoria do vereador Carlos Martins (PT); Indicação 365/2023, de autoria do vereador Andreo Raserá (MDB); requerimentos 2165, 2166 e 2184/2023, de autoria do vereador Jander Ilson Pereira (União Brasil). A seguir, entrou em pauta o **PROJETO DE LEI Nº 375/2023**, de autoria do vereador Biga Kalahare (PT), que DISPÕE SOBRE A DESTINAÇÃO DE TEMPO PARA VEICULAR CAMPANHA PÚBLICITÁRIA EDUCATIVA SOBRE O COMBATE E A PREVENÇÃO DA PEDOFILIA, VIOLÊNCIA E ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, ESTADO DO PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Houve a leitura do Projeto com seu parecer e justificativa, seguindo sua aprovação em 1ª e 2ª discussão por unanimidade. Concluído a pauta, o primeiro vice-presidente **GERLANDE CASTRO (PSB)**, encerrou os trabalhos convidando a todos para próxima sessão. VEREADORES PRESENTES: **ERASMO MAIA (UNIÃO BRASIL); BIGA KALAHARE (PT); CARLOS MARTINS (PT); ALEXANDRE MADURO (MDB); ENF. MURILO TOLENTINO (PODE); ADRIANA ALMEIDA (UNIÃO BRASIL); ELIELTON LIRA (AVANTE); JÚNIOR TAPAJÓS (PL); ANDREO RASERA (MDB); CARLOS SILVA (PODE); GERLANDE CASTRO (PSB); ÂNGELO TAPAJÓS (REPUBLICANOS); ENF. ALBA LEAL (MDB); SÉRGIO PEREIRA (UNIÃO BRASIL); JANDER ILSON PEREIRA (UNIÃO BRASIL); DIDI FELEOL (PP)**. VEREADORES AUSENTES COM JUSTIFICATIVA: **PROF. JOSAFÁ GONÇALVES (PL); SILVIO NETO (UNIÃO BRASIL); ERLON ROCHA (MDB); JK DO POVÃO (PSDB); ALYSSON PONTES (PSD)**. VEREADOR LICENCIADO: **RONAN MANOEL LIBERAL JR. (MDB)**. E, para constar, mandou lavrar a ata, que depois de lida, discutida e aprovada será assinada por quem de direito.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Gerlande Castro
1º Vice - Presidente

Carlos Martins
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Dr. Carlos Martins
2º Secretário

Angelo Tapajós
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Angelo Tapajós
4º Secretário